



O PRESIDENTE DO BC, Arminio Fraga, entre o secretário do Tesouro, Fábio Barbosa, e o secretário-executivo da Fazenda, Amaury Bier

BC e Tesouro baixam medidas para alongar o perfil da dívida pública

Cronograma de leilões será divulgado com antecedência para o mercado

Sheila D' Amorim, Marcone Gonçalves * e William Salazar*

• BRASÍLIA e SÃO PAULO. O Governo deu, ontem, o primeiro passo para tentar ganhar mais tempo para rolar a sua dívida em títulos que já ultrapassa os R\$ 403 bilhões e diminuir a pressão dos encargos dessa dívida sobre as contas públicas. Para isso, o Banco Central e o Tesouro Nacional anunciaram ontem 21 medidas que promovem uma ampla mudança na forma como negociam com as instituições financeiras. Todas elas foram acertadas previamente com o mercado.

Os juros no mercado, que hoje são praticamente tabelados pelo Banco Central, vão oscilar de forma mais acentuada estabelecendo um risco maior para as instituições que operam com o BC. A idéia do Governo é que ao aumentar o risco nas operações com o BC, os bancos prefiram resolver entre si os ajustes diários de caixa.

Instituições terão mais flexibilidade

Para estimular esse mercado, o Governo também resolveu permitir que as instituições tenham maior flexibilidade nas chamadas operações compromissadas, onde um banco vende um determinado título com o compromisso de recomprá-lo um período depois. Agora, o comprador do papel poderá revendê-lo em definitivo para uma terceira instituição e aplicar os recursos obtidos no mercado.

O Tesouro reduzirá ainda a quantidade de leilões para oferecer títulos ao mercado. O excesso de oferta de papéis foi considerado um dos obstáculos ao desenvolvimento do mercado secundário. A partir do mês que vem, em vez de quatro, será realizado apenas um leilão do Tesouro por mês. Além disso será divulgado antecipadamente um cronograma dos lançamentos.

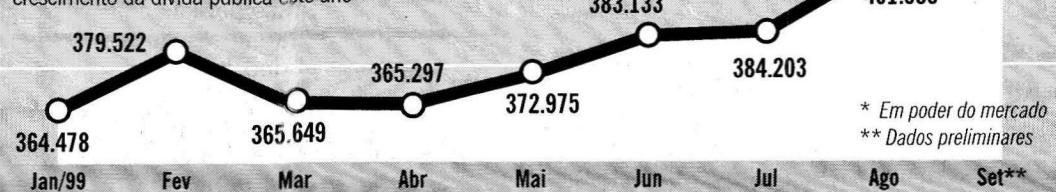
— O que estamos procurando desobstruir o funcionamento do mercado para que haja uma melhor administra-

Como cresceu a dívida pública

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EM TÍTULOS FEDERAIS*

Em milhões de reais

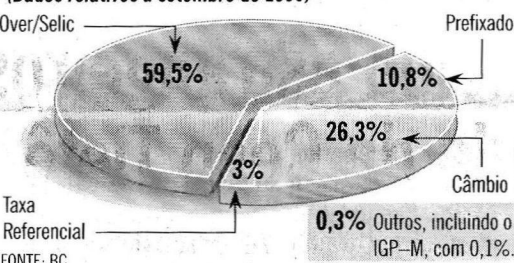
A desvalorização cambial provocou o crescimento da dívida pública este ano



* Em poder do mercado
** Dados preliminares

OS ÍNDICES QUE CORRIGEM A DÍVIDA

(Dados relativos a setembro de 1999)



FONTE: BC

COMO ESTÃO OS PRAZOS

(Duração média em meses)

BBC (Bônus do Banco Central)	0,3*
NBC-E: (Notas do Banco Central série E)	7,7**
NBC-F: (Notas do Banco Central série E)	19,2**
LBC: (Letras do Banco Central)	6,9***
LTN: (Letras do Tesouro Nacional)	1,9*
NTN-D: (Notas do Tesouro Nacional série D)	16,8**
LFT: (Letras Financeiras do Tesouro)	0***

(*) Prefixado. (**) Corrigido pelo câmbio.
(***) Corrigido pela taxa Selic.

TRADUZINDO O ECONOMÊS

Desempenho da economia vai ser decisivo

• As medidas anunciadas ontem pelo Banco Central só terão os resultados esperados — redução de custos e aumento de prazos de vencimento dos títulos — se não houver novos sobressaltos no mundo. A adesão será voluntária e o mercado só assumirá mais riscos se acre-

ditar que o ambiente macroeconômico é favorável.

Uma das principais medidas consiste na venda de papéis prefixados, isto é, que têm rendimento fixado no próprio leilão. A participação desses títulos no estoque da dívida já foi elevada, mas vem caindo desde a cri-

se da Ásia, em 97, por oferecerem maior risco. Para estimular a venda, os papéis terão cláusula que obriga o Governo a recomprá-los na data do vencimento, por preço previamente acertado. Esse mecanismo é conhecido no mercado como "put europeia".

ção da dívida pública e uma referência para o setor privado ao administrar o seu passivo — disse o presidente do Banco Central, Arminio Fraga.

Hoje, o prazo médio de rolagem da dívida em títulos é de 11 meses e o objetivo do Governo é aumentá-lo gradualmente, chegando a um número próximo a cinco anos. O Governo quer ainda elevar a oferta de títulos prefixados, cuja remuneração é previamente acertada com o investidor. Ontem, depois de vários meses sem operar com esses papéis,

o Governo comemorou o lançamento de R\$ 500 milhões. A demanda superou em 10 vezes os leilões anteriores.

O Tesouro também se compromete a recomprar os títulos, caso o investidor deseje, a partir de junho de 2000.

O ex-diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas Gomes disse que a recompra de títulos pelo Tesouro (o chamado *put*) não será benéfica porque, num país em que há instabilidade de taxas de juros, será mais cômodo para o investidor pedir ao Tesouro que

recompre os papéis do que fazer uma proteção nos mercados futuros. A medida existe em países de Primeiro Mundo, com economia estável.

Dirigentes de fundos de investimento, os grandes compradores de títulos, consideraram as medidas positivas:

— Só a médio e longo prazo, elas devem resultar numa diminuição dos custos de transação — disse Marcelo Maneo de Oliveira, diretor de Renda Fixa da Lloyds Asset Management. ■

* Da Agência O GLOBO